

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL													TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.365.566,75	1.542.826,00	1.536.860,63	1.269.791,75	1.253.490,96	1.246.229,26	2.693.413,83	1.427.842,12	1.088.003,71	1.313.864,44	1.379.214,00	1.158.254,10	17.275.357,55	
Pessoal Ativo	1.214.921,78	1.417.737,03	1.411.771,66	1.144.702,78	1.128.401,99	1.095.025,79	2.410.592,76	1.276.638,65	936.800,24	1.162.660,97	1.228.010,53	1.007.050,63	15.434.314,81	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.133.291,93	1.237.460,76	1.231.453,28	965.723,00	947.950,46	916.427,32	1.978.301,10	1.001.303,85	936.800,24	982.195,37	962.862,84	904.693,80	13.198.463,95	
Obrigações Patronais	81.629,85	180.276,27	180.318,38	178.979,78	180.451,53	178.598,47	432.291,66	275.334,80		180.465,60	265.147,69	102.356,83	2.235.850,86	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	150.644,97	125.088,97	125.088,97	125.088,97	125.088,97	151.203,47	282.821,07	151.203,47	151.203,47	151.203,47	151.203,47	151.203,47	1.841.042,74	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	84.420,54	73.561,10	73.561,10	73.561,10	73.561,10	99.675,60	179.765,33	99.675,60	99.675,60	99.675,60	99.675,60	99.675,60	1.156.483,87	
Pensões	66.224,43	51.527,87	51.527,87	51.527,87	51.527,87	51.527,87	103.055,74	51.527,87	51.527,87	51.527,87	51.527,87	51.527,87	684.558,87	
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	329.108,16	351.583,85	339.796,85	125.088,97	125.088,97	151.203,47	394.680,59	190.496,79	151.203,47	177.975,47	151.203,47	151.203,47	2.638.633,53	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	201.526,78	226.494,88	214.707,88				111.859,52	39.293,32		26.772,00			820.654,38	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	127.581,38	125.088,97	125.088,97	125.088,97	125.088,97	151.203,47	282.821,07	151.203,47	151.203,47	151.203,47	151.203,47	151.203,47	1.817.979,15	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.036.458,59	1.191.242,15	1.197.063,78	1.144.702,78	1.128.401,99	1.095.025,79	2.298.733,24	1.237.345,33	936.800,24	1.135.888,97	1.228.010,53	1.007.050,63	14.636.724,02	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL							VALOR					% SOBRE A RCL AJUSTADA		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)							22.399.105.243,13							
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art.166-A, § 1º, da CF) (V)							22.970.774,00							
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas de bancadas (art.166, § 16 da CF) (VI)							0,00							
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV-V-VI)							22.376.134.469,13							
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa+IIIb)							14.636.724,02					0,0654%		
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I,II,III, art.20 da LRF= 0,10%							22.376.134,47					0,1000		
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art.22 da LRF) = 0,95%							21.257.327,75					0,0950		
LIMITE ALERTA (X) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) = 0,90%							20.138.521,02					0,0900		
Fonte: Siatem														
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência														
as despesas executadas estão segregadas em:														
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;														
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício força do inciso II da Lei 4.320/64;														
c) Base Legal: LDO - Lei 8.891, de 23/07/2019, art.55, III, "e", com base no art. 20, § 5º da LC nº 101/2000.														
Maria Regina Cunha							Fernando Augusto O. Santos							
Procuradora Geral do MPCM							Diretor Administrativo/Financeiro							
Marcelo Menezes Chaves							Ronaldo Jennings Pereira Filho							
Contador CRC 12365							Controle Interno							